

SVEUČILIŠTE U ZAGREBU
FILOZOFSKI FAKULTET
ODSJEK ZA ROMANISTIKU
KATEDRA ZA PORTUGALSKI JEZIK I KNJIŽEVNOST

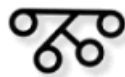
DIPLOMSKI STUDIJ PORTUGALSKOG JEZIKA I KNJIŽEVNOSTI

Ivana Galic

As formas de tratamento no romance *Terras do Sem Fim* de Jorge Amado

Oblici obraćanja u romanu *Terras do Sem Fim* Jorgea Amada

Diplomski rad



Mentor: mr. sc. Želimir Brala, viši lektor

Rujan 2017.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. PRONOMES DE TRATAMENTO: PODER E SOLIDARIEDADE	7
1.1. A evolução semântica geral de T e V	7
1.2. Semântica de poder	8
1.3 Semântica de solidariedade	9
2. HISTÓRIA DAS FORMAS DE TRATAMENTO NA LÍNGUA PORTUGUESA	11
2.1. Séculos XIV e XV	11
2.2 Século XVI.....	13
2.3. Séculos XVII e XVIII	16
2.4. Século XIX.....	19
3. FORMAS DE TRATAMENTO NO SÉCULO XX E TENDÊNCIAS ATUAIS	21
3.1. Portugal	21
3.2 Brasil	26
4. FORMAS DE TRATAMENTO NO ROMANCE TERRAS DO SEM FIM	32
4.1 Estudos realizados sobre as formas de tratamento nas obras do Jorge Amado.....	32
4.2 Análise das formas de tratamento no romance Terras do Sem Fim.....	34
4.2.1 Relações simétricas solidárias	35

4.2.2 Relações simétricas não-solidárias	39
4.2.3 Relações assimétricas descendentes	42
4.2.4. Relações assimétricas ascendentes	45
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

As formas de tratamento têm um papel indispensável no uso da língua portuguesa, e nas línguas naturais em geral, uma vez que refletem a realidade social à qual os interlocutores de um dado diálogo pertencem. Nas palavras de Carlos A. M Gouveia (2008:93), as formas de tratamento “constituem um dos mais óbvios elos de ligação entre a própria estrutura da língua e a estrutura da sociedade, no sentido em que reflectem a organização da sociedade em termos de instituições (a família, os sistemas jurídico e educativo, etc.) e de estratificação (idade, classe, género, profissão, educação, etc.)”. Lindley Cintra (1986:9) define tratamentos como “formas que, em Portugal, um interlocutor usa para se dirigir a outro interlocutor, a primeira pessoa do discurso [...] à segunda pessoa do mesmo discurso”. Como Cintra nota, formas de tratamento usadas na língua portuguesa causam estranheza nos falantes das outras línguas modernas, por causa da complexidade do sistema em vigor. Assim, ao contrário das línguas como francês, com o seu sistema composto de pronomes de tratamento *tu* e *vous*, ou croata com pronomes *ti* e *vi*, em português existem várias maneiras de tratar o interlocutor, as quais Cintra (1986) divide em três categorias. A primeira categoria abrange tratamentos pronominais do tipo de *tu*, *ocê*, *ocês* e *Vossa Excelência* (V. Ex.^a). Na segunda categoria Cintra coloca tratamentos nominais, como *o senhor*, *a senhora*, *o senhor Doutor*, *o pai*, *a mãe*, *o António*, *a Maria* ou *o patrão*. Na última categoria são incluídos tratamentos verbais, ou seja, a utilização da conjugação verbal como referência ao interlocutor, como, por exemplo, na frase *Queres?*, em que a flexão verbal denota o sujeito na 2ª pessoa do singular. Essas formas empregam-se na conversa conforme a relação entre os locutores. Brown e Gilman (1960) assim distinguiram entre tratamentos íntimos, que eles denominaram tratamentos T, e tratamentos cortês, ou seja tratamentos V, que são empregados de acordo com a interação dos eixos de poder e de solidariedade numa dada relação. Desde que os

tratamentos T e V, assim como o sistema dos tratamentos em si, são bem complexos em português, o estudo das formas de tratamento tem atraído muita atenção dos linguistas nas últimas décadas, especialmente no Brasil. O presente trabalho, portanto, tem como objetivo apresentar os estudos realizados sobre esse tema, traçando a evolução sintática e semântica das formas de tratamento, começando com o século XIV e acompanhando o desenvolvimento até o século XX e as tendências atuais do século XXI em Portugal e Brasil. Além disso, o trabalho examinará o emprego das formas de tratamento no romance *Terras do Sem Fim* (1943) de Jorge Amado, baseando-se nos estudos semelhantes da Angela Bartens (2003), que analisou o emprego das formas de tratamento em três romances do Amado – *Capitães da Areia*, *Gabriela, cravo e canela* e *Tocaia Grande*, e John B. Jensen (1982), que estudou o assunto na obra *Dona Flor e Seus Dois Maridos* do mesmo autor. A análise concentrar-se-á na maneira como as formas de tratamento revelam as relações sociais entre as personagens e como contribuem para a sua caracterização, refletindo uma fase de evolução desse aspecto linguístico no Brasil.

1. PRONOMES DE TRATAMENTO: PODER E SOLIDARIEDADE

O trabalho que constituiu um marco no estudo dos pronomes de tratamento foi “The Pronouns of Power and Solidarity” de Roger Brown e Albert Gilman (1960). Nesse trabalho, Brown e Gilman investigaram a evolução sintática e semântica dos pronomes de tratamento nas línguas indo-europeias, nomeadamente em inglês, francês, alemão, espanhol e italiano. As duas dicotomias apresentadas no estudo que influenciaram extremamente os trabalhos linguísticos posteriores nesta área foram a de T e V, e a de poder e de solidariedade. A primeira dicotomia, ou seja, entre T e V (de *tu* e *vos* latinos), representa os símbolos usados para designar pronomes íntimos e cortês em qualquer idioma. A segunda dicotomia representa dois tipos de relações entre interlocutores, dependendo do fato de tais relações serem recíprocas ou não.

1.1. A evolução semântica geral de T e V

Os pronomes nas línguas românicas originaram de *tu* e *vos* latinos (Brown e Gilman 1960:254). Na Antiguidade, o pronome usado como forma de tratamento era *tu*. *Vos*, como forma de tratar uma única pessoa, surgiu no século IV e o seu emprego era limitado ao tratamento do imperador. Brown e Gilman citam uma das teorias possíveis do aparecimento desse fenómeno, segundo a qual o pronome *vos* adquiriu essa função devido ao facto de existirem dois soberanos no Império Romano – o do Império Romano do Ocidente e o do Império Romano do Oriente. Após as reformas do Diocleciano, o posto imperial foi administrativamente unido, embora investido em dois homens. Por consequência, palavras dirigidas a um homem foram dirigidas aos ambos. O imperador também exprimia pluralidade num outro sentido, ou seja, ele foi o total do seu povo e podia falar como o seu representante e por isso ele também usava o pronome *nos* de falar de si mesmo. Contudo, Brown e Gilman

destacam que o uso de *vos* no tratamento de uma pessoa não precisa de ter sido associado a pluralidade efetiva, porque pluralidade é uma metáfora antiga e universal de poder. Com o passar do tempo o uso do pronome estendeu-se às outras figuras de poder. Conforme Brown e Gilman, houve muita flutuação inexplicável entre T e V durante séculos, mas, em algum momento entre os séculos XII e XIV, conforme o idioma, a semântica de poder não recíproca foi criada.

1.2. Semântica de poder

Pode dizer-se que uma pessoa tem poder sobre a outra se é capaz de controlar o comportamento da outra em certa medida (Brown e Gilman 1960). Existem muitas bases de poder, como a força física, a riqueza, a idade, o sexo, ou o papel institucionalizado na igreja, no Estado, no exército ou na família. Poder é uma relação entre pelo menos duas pessoas e é não-recíproca, porque nesse tipo de relação uma pessoa é sempre superior e a outra inferior. A semântica de poder no contexto das formas de tratamento também é não-recíproca, porque o superior diz T e recebe V. Por exemplo, na Europa medieval a nobreza dizia T ao povo e recebia V; o patrão dizia T e recebia V do escravo ou criado. Similarmente, dentro da família, os pais diziam T aos filhos e recebiam V. Contudo, a semântica de poder nunca foi a única norma para o uso de T e V, porque nem todas as relações foram entre superior e inferior. Existiam também formas de tratamento para pessoas de poder aproximadamente equivalente, ou seja, para membros da mesma classe. Entre iguais, o tratamento pronominal foi recíproco, ou seja, a pessoa dizia e recebia a mesma forma. Durante o período medieval, e por um tempo depois, dependendo da área, os iguais das classes altas trocaram o V recíproco, enquanto os iguais das classes baixas trocaram T. Brown e Gilman atribuem isso ao fato de V reverencial sempre ter sido introduzido no topo. No Império Romano, por exemplo, só as pessoas das camadas mais altas de sociedade tinham a oportunidade de dirigir-se ao imperador, e por isso,

só eles usaram o V reverencial no início. Mais tarde, o uso espalhou-se pelas cortes de Europa e disseminou-se lentamente para o povo. Por causa disso, o uso da forma V veio a designar o falante como membro das classes privilegiadas, sendo uma marca de elegância.

Brown e Gilman (1960) notam que durante muitos séculos em francês, inglês, italiano, espanhol e alemão o uso dos pronomes seguia a regra de T – V não-recíproco entre pessoas de poder desigual e a regra de V ou T mútuo, dependendo da classe social, entre pessoas de poder mais ou menos equivalente. No início, não existia a diferenciação de tratamento entre iguais, contudo, com o passar do tempo, emergiu a distinção entre T de intimidade e V de formalidade.

1.3 Semântica de solidariedade

Brown e Gilman (1960) descrevem solidariedade como uma relação simétrica, como, por exemplo, entre pessoas que frequentaram a mesma escola, exercem a mesma profissão, ou têm os mesmos pais. Outras semelhanças que geralmente definem este tipo de relação são as de filiação política, religião, género, ou local de nascimento. As formas de tratamento empregadas nesse tipo de relações também são simétricas, T sendo mais provável com o aumento de solidariedade. A forma T de solidariedade também pode ser produzida através da frequência de contacto entre os interlocutores.

A dimensão de solidariedade entrou nas línguas europeias como o meio de diferenciação de tratamento entre pessoas de poder equivalente, introduzindo a segunda dimensão no sistema semântico. Enquanto a solidariedade continuava a ser empregada só no tal tratamento de iguais, o sistema bidimensional estava em equilíbrio. Contudo, Brown e Gilman (1960) notam que no século XX a semântica de solidariedade ganhou terreno. Quando no passado a pessoa com mais poder dizia T e recebia V, na semântica nova interlocutores cada vez mais

empregam tratamento simétrico, trocando o pronome T de solidariedade, ou o pronome V de não-solidariedade. Se existem semelhanças em categorias como a idade, família, ascendência ou salário, a probabilidade de T mútuo aumenta-se, mas se tais semelhanças não existem, o emprego de V mútuo é mais provável. No entanto, o resíduo interessante da semântica de poder é o conceito que o direito de iniciar o T recíproco pertence à pessoa que na semântica velha tinha mais poder, ou seja, dizia T e recebia V em resposta. Brown e Gilman (1960) basearam as conclusões do seu estudo nos resultados do seu questionário, como também na literatura e nos filmes contemporâneos da época.

A conclusão que se segue do estudo apresentado é que a semântica de solidariedade dominou sobre a antiga semântica de poder, devido ao desenvolvimento de sociedades abertas com possibilidades de mobilidade social, baseadas numa ideologia igualitária. Contudo, embora o tratamento pronominal seja mudado, as diferenças de poder ainda existem na comunicação, o que pode ser visto, por exemplo, no emprego de nomes próprios e títulos. Esse facto é muito importante para a língua portuguesa, na qual o tratamento nominal faz uma parte indispensável do sistema. Segundo Manuela Cook (1997:451), “o sujeito nominal permite uma variada produção de significado de efeito social a diferentes níveis de formalidade e informalidade, enquanto que a omissão do mesmo conduz a um efeito de neutralidade que permite evitar uma tomada de posição dentro do contraste formal-informal”. O campo de neutralidade que Cook introduz, realizado por meio de omissão do sujeito nominal, é um fenómeno de português contemporâneo que excede os limites do modelo binário de Brown e Gilman. Esse assunto será examinado mais detalhadamente na continuação do presente trabalho.

2. HISTÓRIA DAS FORMAS DE TRATAMENTO NA LÍNGUA PORTUGUESA

2.1. Séculos XIV e XV

Como Luís F. Lindley Cintra nota no seu livro *Sobre “Formas de Tratamento” na Língua Portuguesa* (1972), o sistema das formas de tratamento no português mudou bastante desde o tempo dos mais antigos textos portugueses até a época presente. Como o ponto de partida da sua investigação da evolução das formas de tratamento Cintra usa textos das crónicas e novelas de cavalaria do século XIV. Segundo o autor (1972:17), o que marca as formas de tratamento nesse período é “a total ausência de tratamentos do tipo nominal”. Os únicos componentes do sistema são os pronomes *tu* e *vós*, com o verbo na 2.^a pessoa de singular ou plural. Nesse sistema também se distingue entre tratamento íntimo (T) e tratamento cortês (V). Mesmo como no latim tardio, o campo T é ocupado por *tu* no singular e *vós* no plural, enquanto o campo V é ocupado só pelo pronome *vós*, que, portanto, serve como singular de cortesia e plural indiferente. Cintra observa que o pronome *vós* tanto se usa para tratar o rei ou o bispo, como o rústico, quando não existe o nível de intimidade necessário para usar *tu*. De acordo com M. Tereza C. Biderman (1973) a maneira de usar formas de tratamento na idade média pode resumir-se no seguinte quadro:

	Rei		Nobre		Povo	
Rei	vós	tu	vós, senhor		vós, senhor	
Nobre	vós		vós	tu	vós, senhor	
Povo	tu		tu, vós	tu	vós	tu

Quadro 1: Formas de tratamento na idade média. Adaptado de Biderman (1973: 359)

O que pode ser observado do quadro é a semântica do poder que descreveram Brown e Gilman. Por exemplo, no tratamento do nobre ao membro de povo é usado tanto *vós* como *tu*, mas o mesmo não é verdade no caso contrário, ou seja, o membro de povo usa só o pronome *vós* reverencial quando se dirige ao nobre. Portanto, isso é um exemplo de tratamento entre superior e inferior, com a relação entre esses dois sujeitos sendo inerentemente assimétrica por causa da respetiva posição social.

Segundo Biderman (1973:360), existe uma anomalia no caso da mulher no sistema de tratamento na época feudal. Ela é principalmente um objeto de propriedade do homem, seja do pai ou do marido, e conseqüentemente, é submissa e inferior. Biderman afirma que “[p]or um mecanismo de sublimação, porém, a mulher transforma-se num ser superior, objeto de culto na literatura trovadoresca”. Embora o homem seja superior na relação de poder, a mulher assume a posição superior na relação idealizante ou emocional. Um exemplo deste fenómeno pode ser visto no episódio “A fonte da Virgem” de um dos livros do ciclo da *Demanda do Santo Graal*, escrito nos fins do século XIV:

Ai, irmão! Por que fizestes isto? Por Deus, mal fizestes. - Vosso irmão não sou, disse ele, nem irmão não me chameis, porque outra coisa não hei convosco senão convivência, porque de linhagem tanto hei convosco como com a mais estranha do mundo; e por isso vos trouxe aqui tão longe de gente, porque quero dormir convosco, antes que vos haja outro; e se o não quereis fazer, farei tanto como fiz a vosso mestre.

Neste exemplo, o donzel trata a donzela por *vós* e recebe *tu*. Segundo Biderman, a situação inversa “teria conotação totalmente diversa, uma intensa emoção amorosa, ou desprezo” (1973:360). *Tu* então marca intimidade ou emotividade, bem como inferioridade. *Vós*, por outro lado, marca não-intimidade e distância, assim como respeito e superioridade.

O sistema de tratamento direto composto só dos pronomes *tu* e *vós* está em vigor também no século XV. Todavia, nessa época emergem timidamente formas nominais de tratamento, as

quais irão marcar o sistema português no futuro. O aparecimento pode ser observado nas atas das cortes dessa época e nas obras do cronista Fernão Lopes da primeira metade do século XV. Contudo, no período inicial da utilização essas formas foram usadas quase exclusivamente para tratar o rei e a rainha. A primeira forma que aparece nas atas das cortes de 1331 é *Vossa Mercê*. Cintra (1972:19) nota que essa forma tem origem estrangeira e que provavelmente provem do castelhano. Também é usada nas obras do Fernão Lopes, mas quase só pelas personagens castelhanas quando estas se dirigem ao seu rei ou ao rei de Portugal. Outras formas nominais que aparecem nas cortes para o tratamento do rei são *Vossa Senhoria*, em 1442, e *Vossa Alteza* a partir de 1455. Essas fórmulas foram, por sua vez, adaptadas do italiano. Todas as três fórmulas têm traços comuns de acordo com Cintra (1972:18):

[têm] psicologicamente o seu ponto de partida no isolamento, como «substância», de uma das qualidades que se atribuíam à realeza: a «mercê», ou seja a generosidade; a «alteza»; a «senhoria», isto é, o «senhorio», dito à italiana.

Outra característica comum é que estas formas levam o verbo para a 3.^a pessoa de singular, contrariamente aos pronomes de tratamento, que o conduzem para a 2.^a pessoa de singular ou plural. Considerando que formas nominais de tratamento cortês no início só se usavam para o rei e da rainha, não é surpreendente que a camada social que os introduziu e propagou foi a nobreza que estava em contacto com a realeza através da corte.

2.2 Século XVI

Segundo Cintra (1972:20), é graças ao regresso a forte hierarquização da sociedade depois da batalha de Alfarrobeira em 1449 que os tratamentos nominais foram especializados, ou seja, o seu uso foi restrito para um determinado grupo social. Assim, *Vossa Mercê* foi o tratamento mais comum para o monarca cerca de 1460, mas já ao longo da segunda metade do século a

forma passa a ser empregada para duques e infantes, em seguida para fidalgos, e finalmente para burgueses no início do século XVI. Segundo Ana C. M. Machado (2011:38), isto é um fenómeno recorrente na evolução das formas de tratamento:

Uma forma é inaugurada para o tratamento do rei; e, depois de algum tempo, é exigida pelos nobres a seus inferiores até atingir um nível de expansão que a torna vulgar, o que faz com que se busque uma nova estratégia para o tratamento real, reiniciando, assim, o ciclo.

Assim, *Vossa Mercê* deixa o espaço livre para outro tratamento tornar-se predileto para aristocracia, o que passa a ser a forma *Vossa Senhoria* no início do século XVI. Segundo Cintra (1972:21) essa forma “fixa-se num nível nitidamente superior ao de *Vossa Mercê*”. Machado (2011) nota que cabe sublinhar que nesse período pessoas da pequena e baixa burguesia portuguesa começam a migrar para o Brasil, assim levando consigo a sua língua e cultura, e conseqüentemente, também levando o sistema de formas de tratamento que nessa época estava em vigor em Portugal. O que é importante destacar é que a forma *Vossa Mercê* já estava em processo de mutação fonética e, como ficou dito, já se usava entre não-nobres.

Dado que as mencionadas duas formas deixam de ser usadas para o tratamento do rei, *Vossa Alteza* começa a ser usado como a forma preferida nesse contexto no fim do século XV e ocupa essa posição durante todo o século XVI, embora compartilhando-a com a forma *Vossa Majestade* e, de acordo com Machado (2011:39), “sendo, progressivamente, aquela substituída por esta, nesta relação, visto que *Vossa Alteza* passa a ser direcionada para outros membros da família real”.

Cintra (1972:21) aduz que fórmulas substantivas não são características somente para Portugal, uma vez que elas também aparecem nas outras regiões europeias, onde igualmente passam por um processo de especialização do uso. O autor atribui esse facto à “consolidação de uma sociedade dividida em estamentos ou camadas sociais de posição relativa firmemente

estabelecida”. Assim, para assegurar que as formas de tratamento sigam a hierarquização rígida da sociedade, o filho do imperador, Filipe II, publica primeiro em Espanha em 1586, e depois em Portugal em 1597, as chamadas “leis das cortesias”. A sua intenção é claramente visível no preâmbulo das leis:

Dom Filipe, por graça de Deos Rey de Portugal. etc. faço saber aos que esta minha lei virem, que sendo eu informado das grandes desordens e abusos que se têm introduzido no modo de falar e escrever e que vão continuamente em crescimento e têm chegado a muito excesso, de que tem resultado muitos inconvenientes, e que conviria muito a meu serviço e ao bem e sossego de meus vassallos reformar os estilos de falar e escrever e reduzi-los a ordem e termo certo, e praticando-o e tratando-o com pessoas do meu Conselho, e outras de letras, e de experiência, ordenei de prover nisto na forma e maneira ao diante declaradas: (*apud* CINTRA 1972: 23)

Essas leis codificaram o uso da cada forma de tratamento e estabeleciam penas para pessoas que quisessem ser tratadas com a fórmula não adequada. Segundo Cintra (1972:22), a lei fixa o uso de *Vossa Majestade* para o rei e para a rainha; de *Vossa Alteza* para os príncipes e sucessores dos reinos, princesas, infantes, infantas, genros, cunhados, noras e cunhadas do rei; de *Vossa Excelência* para os filhos e filhas legítimos dos infantes e para o duque de Bragança e finalmente de *Vossa Senhoria* para os arcebispos, bispos, duques e seus filhos, marqueses, condes, Prior do Crato, Vice-reis e Governadores, Regedor da Justiça da Casa Da Suplicação, Governador da Relação do Porto, vedores da fazenda e presidentes do Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens (no tempo em que estiverem nos seus tribunais), embaixadores que tiverem assento na capela real, e nas partes da Índia para o vice-rei ou governador.

Uma forma que ficou isenta da codificação foi *Vossa Mercê*, o que Cintra atribui à vasta utilização desse tratamento, que, porém, ainda manteve a sua posição como superior ao simples *vós*. *Vós*, por sua vez, ainda continuou como tratamento cortês, ao contrario do

pronome *tu*, que se usava somente entre iguais de extrema confiança ou de superior para inferior.

Desde que a língua é um sistema vivo e dinâmico e portanto sujeito às mudanças, Cintra (1972:24) nota que o resultado das “leis de cortesias” não foi tal como Filipe II esperava:

Apesar da autoridade incontestável e durante tanto tempo incontestada do severo e duro governante que foi Filipe II, a sua tentativa de estabilização, por meio de leis rígidas, de um sistema linguístico que, neste aspecto, só exterior na aparência, correspondesse ao tipo de sociedade hierarquizada cuja estabilidade pretendia visivelmente preservar, não resistiu às forças que, apesar de todas as pressões, continuam sempre a agir e agitar-se, em tudo quanto depende do espírito do homem ou com a sua vida se relaciona.

2.3. Séculos XVII e XVIII

Como Cintra (1972:27) afirma, não foi só Filipe II quem foi preocupado com o emprego das formas de tratamento. Isso, segundo o autor, “constituiu, durante séculos, uma espécie de »preocupação nacional«”. A prova disso são as obras literárias do século XVII e XVIII, os mais elucidativas sendo as comédias e farsas, com numerosas alusões a esse tema. Uma das maiores preocupações foi a de não receber o tratamento *Vossa Mercê*, ou as formas que fonética e semanticamente evoluíram dessa forma, como *vossancê* ou *ocê*. Um dos exemplos que Cintra cita é uma cena do *Auto do Fidalgo Aprendiz* de D. Francisco Manuel de Melo de 1646. Nessa cena um burguês que se quer tornar fidalgo é tratado por *Vossa Mercê* pelo seu velho aio, o que causa indignação do burguês:

AFONSO: *Que manda Vossa Mercê?*

GIL: *Que tenhais mais cortesia!*

AFONSO: *Que mandais? A Senhoria*

não sei para quando é ... (apud CINTRA 1972:27)

Um exemplo semelhante pode encontrar-se na peça *Assembleia ou Partida* de Correia Garção de 1770, quando a dona de casa é também tratada pelo criado por *Vossa Mercê*:

CRIADO: *...sente não ter mais, e fica pronto para*

Vossas Mercês servir em tudo,

URACA: *Mercê? A mim, Mercê? Mercê? Maroto*

Atrevido, insolente! Vai-te embora!

Tu não sabes falar? Dize a teu amo

que te mande ensinar: logo pareces

criado de vilão ... (apud CINTRA 1972:28-29)

Assim, ao passo que a forma *Vossa Mercê* ia perdendo o seu prestígio e adquirindo conotações negativas nas camadas altas da sociedade, as outras formas disponíveis, ou seja *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência*, começaram a ser usadas mais extensivamente em seu lugar, o que Cintra (1972:26) chama “assalto” às estas formas de tratamento por pessoas de “status” social cada vez mais baixo. Tais desenvolvimentos no sistema não escaparam à atenção do rei D. João V, que como o seu predecessor Filipe II, quis fixar o sistema do emprego dos tratamentos para que ele reflectisse e propagasse a hierarquia social, assim pretendendo restringir as mudanças em curso:

Dom João, etc. faço saber ... que, constando-me a confusão que sucede nos tratamentos, por se haverem com a diuturnidade do tempo, antiquado os que foram ordenados na lei feita sobre esta matéria em 16 de Setembro de 1597, e introduzindo quase geralmente dar tratamentos maiores às pessoas que nela foram mencionadas, e dar a outras de que na mesma lei não se fez menção o tratamento de Senhoria, chegando este a estender-se com tanto excesso e vulgaridade que se confunde a ordem e se perverte a distinção que faz os tratamentos estimáveis ... portanto querendo remediar semelhante abuso e por outras razões que me foram presentes, hei por bem ... (apud CINTRA 1972:25)

Como era de imaginar, na nova lei os campos do emprego dos tratamentos são muito mais largos do que na primeira, especialmente o de *Vossa Senhoria*. Quanto a *Vossa Excelência*, essa forma foi bastante rara na época da primeira lei, que a concedeu, como foi dito, a filhos e filhas de infantes e ao duque de Bragança, mas quase século e meio depois podia ser usada, segundo Cintra (1972:25-26), para um vasto leque de pessoas, incluindo todos os grandes eclesiásticos e seculares do reino, mas também o regedor da justiça da Casa da Suplicação, o Governador da Relação do Porto, os vedores da fazenda, aias, damas do Paço etc.

No que toca ao emprego do pronome *vós* como tratamento cortês (V) com o verbo na 2.^a pessoa do plural, Cintra nota que este cai em desuso por volta dos meados do século XVIII, permanecendo só como elemento arcaizante, usado pelas pessoas velhas ou oriundas das áreas rurais e provincianas. Com a expansão das formas nominais do tratamento cortês, o campo do uso de *vós* tornava-se cada vez menor, até que este acabou de ser visto como um tratamento rude e baixo, que não podia ser utilizado nem para amigos com os quais não se empregava a forma íntima de *tu*. Contudo, o uso desse tratamento permaneceu até hoje no contexto da religião cristã para dirigir-se ao Deus ou à Virgem.

Segundo Cintra (1972:31), uma das possibilidades para encher o lugar de *vós* foi o tratamento *você*, mutação fonética e semântica de *Vossa Mercê*. De acordo com o autor, a primeira vez que esse tratamento foi notado foi em 1666, e já na segunda metade do século XVIII foi usado como forma familiar entre iguais. Outros autores, como Milton Azevedo (1981) e Celia R. dos Santos Lopes (2008) concordam com essa quase universalmente aceite noção sobre a origem dessa forma, mas não Biderman (1973:362). A autora defende que a coexistência de *você* com a pressuposta forma original e a “valor ligeiramente diferente” geram algumas dúvidas sobre tal evolução do tratamento. Segundo ela, o tratamento de *Vossa Mercê* foi importado da Espanha, graças às relações estreitas entre esse país e Portugal, e sobretudo o domínio espanhol no final do século XVI e primeira metade do século XVII. Biderman passa

a dar exemplos das variantes espanholas como: *voaçed*, *vueçed*, *vassuncê*, *vuaçed*, *voazé*, *vuazé* e *vuéze*, destacando a semelhança fonética dessas formas com *você* e concluindo que “[t]alvez você simplesmente represente uma daquelas variantes que corriam na Espanha senão em toda a Península Ibérica” (363).

2.4. Século XIX

Segundo Cintra (1972:33), o traço distintivo na história das formas de tratamento no século XIX é a grande ampliação do emprego das fórmulas nominais do tipo *Vossa Ex.^a* e *Vossa Senhoria*, bem como “a progressiva invasão e expansão das outras formas substantivas que levam o verbo para a 3^a pessoa – desde *o senhor* a *o senhor Dr.*, a *o pai*, *o meu pai*, *o meu amigo*, *o patrão*, *o António*, *a Maria*, *a D. Maria*, *a Sr.^a D. Maria*, *a Sr.^a Dr.^a D. Marina*, etc”.

No que respeita o tratamento de *você*, Biderman (1973:364) afirma que até meados do século XIX essa forma foi usada no trato do superior ao inferior, mais especificamente, nas relações assimétricas de idade (p. ex. pais a filhos) ou de posição (p. ex. professor a aluno), bem como entre iguais não-íntimos. A forma que se usava para o tratamento íntimo, ou seja, esfera T no quadro teórico de Brown e Gilman, ainda foi o pronome *tu*. Assim também observa Lopes (2008:1): “A forma vulgar *você* torna-se produtiva nas relações assimétricas de superior para inferior, podendo assumir, em algumas situações sócio-pragmáticas, ‘conteúdo negativo intrínseco’, em oposição à sua contraparte desenvolvida *Vossa Mercê*.” Contudo, durante o século XIX esse tratamento começa a concorrer com o pronome *tu* em relações solidárias e íntimas no Brasil. Segundo Lopes, *você* passa por um processo de gramaticalização e pronominalização. O que isso significa é que uma forma linguística de significado mais lexical passa a ser utilizada na expressão de um conceito mais gramatical, como no caso de *você*, que se instalou no sistema pronominal. Foi na virada do século XIX para o XX quando, segundo Biderman (1973), *você* substituiu o pronome *tu* como forma familiar no Brasil, assim

tornando a sua pronominalização evidente. Como o seu corpus a autora usa a correspondência de Machado de Assis, que até os anos 70 usava o pronome *tu* para o tratamento dos íntimos, mas no final do século XIX e no começo do século XX começou a usar quase exclusivamente a forma *você*. A autora apresenta um exemplo interessante:

O fato mais significativo a esse respeito encontra-se na correspondência com seu amigo Salvador de Mendonça. Machado tratava-o por *tu* até 1901; passa então a usar *você*, apesar de conservar possessivos da 2.^a pessoa. Com outros amigos íntimos como J. Nabuco e José Veríssimo, porém, o trato comum sempre foi *você*. Suspeito que o *tu* trocado anteriormente com Salvador Mendonça, se relacione com a origem desse amigo (português). (364)

O estudo realizado por Lucia Rosado Barcia (2006), investigando as formas de tratamento em cartas de leitores de jornais brasileiros oitocentistas dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, também abordou essa questão. Barcia mostrou que entre anos 1871 e 1900 as formas *tu* e *você* começaram a coexistir nas relações mais solidárias e até foram usadas numa mesma carta para tratar o mesmo interlocutor. Contudo, os resultados de Barcia não correspondem com as conclusões de Biderman sobre a substituição de *tu* por *você* nos fins do século XIX, e, por sua vez, apontam para o século XX. Assim, segundo Barcia, a estratégia favorita para o tratamento íntimo durante todo o século XIX no Brasil ainda foi *tu*. A autora (2006:27) também identifica o aparecimento de mistura de tratamento, ou seja, “concordância entre as supostas formas de 3.^a pessoa com os pronomes oblíquos e possessivos de 2.^a pessoa gramatical”, fenômeno que se tornará mais evidente no século XX.

3. FORMAS DE TRATAMENTO NO SÉCULO XX E TENDÊNCIAS ATUAIS

3.1. Portugal

No estudo da Biderman (1973), a autora apresenta o sistema das formas de tratamento em Portugal no século XX dividindo-as conforme os critérios T e V, ou seja, intimidade e não-intimidade. Assim, uma pessoa dirige-se ao seu interlocutor superior e íntimo usando *o senhor* ou *o menino*, se for homem, e *a senhora* ou *a menina*, se for mulher. A forma *o menino* é relacionada com a idade biológica e a autora nota que se usa até a adolescência, em geral. Também menciona o uso do nome próprio com o verbo na 3.^a pessoa como forma possível nesse contexto. Contudo, o tratamento *a menina* é mais extensivo do que a versão masculina, sendo relacionado com a idade biológica, bem como com o estatuto de uma jovem solteira. Segundo Biderman, essas mesmas formas de tratar o superior íntimo podem ser usadas para o superior não-íntimo, com a exceção do que a autora chama interlocutor “supra-superior”, que pode ser tratado por *Vossa Excelência*. Na *Gramática Nova do Português Contemporâneo* (1996) Celso Cunha e Lindley Cintra oferecem uma análise mais detalhada, especialmente no que diz respeito a essa última categoria proposta por Biderman, a qual eles chamam “tratamento reverente”, apresentando tratamentos possíveis e respetivos empregos. De acordo com eles, o tratamento *Vossa Alteza* (V. A.) é usado para príncipes, arquidukes e duques, *Vossa Eminência* (V. Em.^a) para cardeais, *Vossa Excelência* (V. Ex.^a) para qualquer pessoa a quem se quer manifestar grande respeito, *Vossa Magnificência* (V. Mag.^a) para reitores das universidades, *Vossa Majestade* (V.M.) para reis e imperadores, *Vossa Excelência Reverendíssima* (V. Ex.^a Rev.^{ma}) para bispos e arcebispos, *Vossa Paternidade* (V. P.) para abades e superiores de conventos, *Vossa Reverência* ou *Vossa Reverendíssima* (V. Rev.^a ou V. Rev.^{ma}) para sacerdotes em geral, *Vossa Santidade* (V. S.) para o Papa e *Vossa Senhoria* (V.

S.^a) para funcionários públicos graduados, oficiais até coronel e, na linguagem escrita, para pessoas de cerimónia. Relativamente ao tratamento *Vossa Excelência*, Cunha e Cintra notam que o seu emprego restringiu-se bastante nas últimas décadas, mas que se ainda usa na linguagem oral em determinados ambientes ou situações, como por exemplo quando um empregado de comércio se dirige ao cliente, “sem que haja qualquer discriminação nítida quanto à categoria da pessoa interpelada” (1996:297). No entanto, o emprego dessa forma é ainda largo na linguagem escrita, como na correspondência oficial e comercial. Os autores também dão mais detalhes sobre o uso das formas *o senhor* e *a senhora* em Portugal, dizendo que “quando uma pessoa se dirige a alguém que possui título profissional ou exerce determinado cargo, costuma fazer acompanhar as formas *o senhor* e *a senhora* da menção do respectivo título ou cargo” (1996:294). Por exemplo, nesse contexto seria possível usar as formas como *o senhor doutor*, *a senhora doutora*, *o senhor engenheiro*, *o senhor presidente*. O tratamento do título também se pode usar sem ser precedido de *senhor* ou *senhora*, mas tal emprego considera-se menos respeitoso. Mais comum é usar o título com o nome próprio, seja o primeiro nome, implicando proximidade (p. ex. *o doutor Orlando*), seja o nome de família (*o engenheiro Silva*). Os autores mencionam que o título *Doutor* é amplamente usado em Portugal não só para médicos e os que defenderam tese de doutoramento, mas para todos os diplomados por escolas superiores. O título *Professor* também é frequente para docentes do ensino primário e do ensino superior. Um tratamento comum para tratar mulheres também é *Dona* (D.) seguido pelo nome próprio, que se aplica, em geral, a senhoras de qualquer classe social. No que toca ao emprego das formas nominais antecidas de artigo, em vez das formas pronominais ou pronominalizadas de tratamento, os autores dividem-nos em três categorias. A primeira inclui os nomes, tanto nomes próprios como os de família, como, por exemplo, na frase: “*O Manuel* já leu este livro?”. Na segunda categoria são incluídos os nomes de parentesco ou equivalentes: “*A mãe* já leu este livro?”. A última categoria abrange nomes que

situam o interlocutor em relação à pessoa que fala, como “*O patrão já leu este livro?*”. Segundo Biderman (1973), essas formas não substituem só *você* e *o senhor*, mas também *tu*.

No que concerne ao tratamento entre iguais há maiores diferenças entre as esferas T e V, segundo Biderman (1973). Para tratar um íntimo usa-se o pronome *tu*, mas no tratamento de não-íntimos existem duas maneiras de tratar o interlocutor, tendo em conta se ele é um não-íntimo familiar ou distante. No primeiro caso, a forma proposta pela autora é *você*, e no segundo as formas são iguais às de tratamento de inferior para superior, ou seja, *o senhor, a senhora, o menino e a menina*. Por último, no tratamento do superior ao inferior usa-se *tu* no plano T e *você* no plano V. Cunha e Cintra (1996:293) oferecem uma análise comparável. Os autores afirmam que no português europeu o pronome *tu* é a forma própria da intimidade:

Usa-se de pais para filhos, de avós ou tios para netos e sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colegas de faixa etária igual ou próxima. O seu emprego tem-se alargado, nos últimos tempos, entre colegas de estudo ou da mesma profissão, entre membros de um partido político e até, em certas famílias, de filhos para pais, tendendo a ultrapassar os limites da intimidade propriamente dita, em consonância com uma intenção igualitária ou, simplesmente, aproximativa.

Quanto a *você*, eles também realçam que esse tratamento no português europeu se usa só fora do campo intimidade, entre iguais ou de superior para inferior (em idade, classe social ou hierarquia) e que não é possível usá-lo de inferior para superior. A única exceção é o emprego como forma carinhosa de intimidade entre certas camadas sociais altas. Esse fato contrasta com o sistema do português brasileiro, que não possui tal tratamento intermediário e usa *você* como forma de intimidade, contrastando com *o senhor* ou *a senhora* como forma cortês, como será apresentado na continuação do presente trabalho. Biderman (1973) aduz que tal simplificação de formas de tratamento que ocorreu no Brasil, mas não em Portugal, tem a ver com as sociedades desses países, ou seja, a sociedade brasileira pode ser vista como uma sociedade aberta e a portuguesa, como fechada. O estudo da Biderman foi publicado em 1973,

na época do Estado Novo, e, portanto, a sua análise serve como um exemplo da forma em que tal tipo de sociedade pode afetar a linguagem. Assim, segundo a autora, Portugal não recebeu periodicamente novos fluxos de imigrantes, como no caso do Brasil, e ocupou uma posição quase na margem do mundo moderno:

O relativo fechamento das fronteiras às “más” influências do exterior, política adotada pelo governo português nesses últimos 35 anos acarretou para o país insulação, com respeito às idéias e padrões de comportamento, que caracterizam a sociedade internacional pós-guerra. Assim, a portuguesa é uma sociedade arcaica cujos padrões e relações interpessoais já de há muito desapareceram nas outras sociedades europeias, mesmo no mundo latino mais conservador, em geral. (367)

Por outro lado, num estudo mais recente, Carlos A. M. Gouveia (2008:92) afirma que o uso das formas de tratamento em português europeu está em profunda mudança como resposta às necessidades dos falantes numa sociedade pós-tradicional, defendendo que “em razão das rápidas transformações que o mundo sofre, Portugal incluindo, e das políticas de globalização, muitas das formações sociais dadas como definitivas têm sido quebradas e alteradas”. Segundo o autor, as transformações que os tratamentos presentemente sofrem mostram a passagem de um sistema de base hierárquica e deferencial para um cuja base é igualitária e de envolvimento. No primeiro caso, as diferenças sociais são respeitadas, colocando pessoas em posições relativas no quadro das relações interpessoais. No segundo caso, os atores sociais estruturam as suas relações conforme a sua proximidade e familiaridade, sem sentirem as diferenças de poder. Um dos exemplos da mudança que ele apresenta é o uso generalizado do pronome *si* em contextos em que não podia ser usado antes, como na frase dirigida a um cliente de um café pelo empregado: *E para si o que vai ser?* Outros exemplos incluem tratamento dos ministros só pelo nome e apelido nas interpelações diretas televisivas ou o uso de *você* em vez de *o senhor* ou *a senhora*.

Cook (1997) também fala sobre a democratização das formas de tratamento na sociedade contemporânea portuguesa, redefinindo o sistema binário de poder e solidariedade, apresentado por Brown e Gilman (1960). A autora introduz uma terceira dimensão no sistema, a qual ela chama “neutralidade”. Neutralidade é gramaticalmente obtida pela omissão do sujeito nominal em conjunção com o uso do verbo na terceira pessoa. Segundo Cook, hoje em dia em Portugal existe uma acentuada preferência por esse modo de tratar o interlocutor. Enquanto o sistema binário V-T era dominante na sociedade portuguesa do passado, formas de tratamento podem ser usadas com mais flexibilidade na sociedade atual, refletindo a possibilidade para negociação de identidade social e pessoal em vez de relações interpessoais rigidamente hierarquizadas. Sandi Michele de Oliveira (2004) também afirma que “[c]ada contacto interpessoal é um momento de negociação, no qual as pessoas decidem manter o padrão usado, ou negociar outras formas que reflectam a relação que os falantes procuram estabelecer”. Oliveira realizou o seu estudo das formas de tratamento ao longo de duas décadas (1982 – 2002) em Évora e os seus resultados apontaram para o fato de os informantes escolherem o modo de tratamento baseado na sua relação afetiva como interlocutor, e não em termos de diferenças objetivas de poder, como proposto por Brown e Gilman. Ela explica tais resultados não pelo desaparecimento da dimensão de poder, mas pela existência de dois planos de interação e um mecanismo que realça primeiro um e depois o outro. O primeiro plano é governado pelas normas sociais, e, portanto, os falantes selecionam formas de tratamento conforme a posição social, profissional ou administrativa do interlocutor. No outro plano o tratamento é negociado entre os falantes e eles têm a possibilidade de construir os seus identidades, bem como os padrões de tratamento, de acordo como os seus desejos comunicativos.

3.2 Brasil

O sistema das formas de tratamento no Brasil no começo do século XX ainda estava na fase da concorrência entre duas formas do tratamento íntimo, que teve o seu começo nas últimas décadas do século anterior. O tratamento *tu*, que era comum nessa posição, foi substituído por *você* a partir da década de 30, segundo o trabalho realizado por Machado (2011), no qual a autora estudou peças teatrais brasileiras e portuguesas escritas ao longo das décadas XIX e XX. Machado encontrou que nas peças brasileiras o tratamento nas relações simétricas solidárias no século XIX e no primeiro quarto do século XX foi diverso, inclusive pronomes *tu* e *você* e formas de base nominal como *Vossa Mercê* e *o(a) senhor(a)*. Mas, desde 1930, a estratégia mais produtiva passa a ser *você* e o seu uso “praticamente categórico, com índices sempre acima dos 90%” (2011:176). Antenor Nascentes (1954-55) lista outras formas derivadas de *Vossa Mercê* usadas em Brasil nos meados do século XX, incluindo *cê*, *mecê*, *mincê*, *ocê*, *oncê*, *sucê*, *suncê*, *vacê*, *vainicê*, *vancê*, *vansmincê*, *vassuncê*, *voncê*, *vosmecê*, *vossemecê*, *vosmincê*, *vossuncê* e *ucê*.

De acordo com Cunha e Cintra (1996), o uso do pronome *tu* é hoje em dia restringido ao extremo sul e alguns pontos do norte do país. Cintra (1972) também observa que o pronome *tu* é quase reduzido às suas formas oblíquas. Essas formas oblíquas, combinadas com o tratamento *você*, formam a chamada “mistura de tratamento”, como no seguinte exemplo apresentado por Lopes (2007):

(1) *Você disse que eu te acharia na faculdade para pegar o teu livro.*

Lopes (2007) nota:

A integração da forma *você* no quadro de pronomes pessoais ocasionou a reestruturação do sistema em termos das variadas possibilidades combinatórias ou de correspondência que *você* passou a assumir, seja em relação aos pronomes possessivos

você – *teu~seu*, seja no rearranjo causado também nos pronomes oblíquos (dativos ou acusativos – *de você* – *te ~ lhe ~ o/a*).

Integração de *você*, portanto, também instigou mudanças no uso do possessivo da terceira pessoa, pois este refere-se tanto à segunda pessoa, representada por *você*, como à terceira pessoa. Segundo Lopes (2007) essa ambiguidade é desfeita com a especialização do possessivo *seu* para a segunda pessoa e emprego das formas *dele, dela* e seus plurais para a terceira pessoa. Num outro estudo Lopes (2008) analisou roteiros de dois filmes que retratam diferentes contextos sociais do Rio de Janeiro: *Amores Possíveis* (2001) que apresenta a classe média alta e *Cidade de Deus* (2003) que apresenta uma comunidade ligada à favela. Os dados recolhidos mostraram que na fala culta o tratamento usado categoricamente é *você*, enquanto na fala popular predomina o emprego de *tu* com o verbo na 3.^a pessoa do singular.

O segundo tratamento predominante no Brasil, além de *você*, é *o(a) senhor(a)*. Segundo Biderman (1973), o sistema dos tratamentos pode ser resumido no quadro seguinte:

	íntimo (I)	Não-íntimo
Superior	H o senhor	o senhor
	M a senhora	a senhora
Igual	você	H o senhor
		M a senhora
Inferior	você	você

Quadro 2: Formas de tratamento no século XX no Brasil. Adaptado de Biderman (1973:366)

A forma *o(a) senhor(a)* é a estratégia predileta para o tratamento V em português brasileiro. Segundo Biderman, usa-se para o tratamento de inferior para superior, seja íntimo ou não íntimo. Porém, a autora nota que o emprego dessa forma dado a um íntimo, como, por

exemplo, aos pais, já não é generalizado. Em vez dela, a geração jovem nas grandes cidades usa a forma íntima *você*, ou, em algumas partes do país, *tu*. Um trabalho interessante abordando essa questão foi realizado por Ricardo Bezerra Sampaio e Maria Risolêta Silva Julião (2014). O trabalho analisou crenças e atitudes dos pais de Belém, estado de Pará, sobre formas de tratamento empregadas pelos seus filhos, utilizando um teste sociolinguístico. A maioria dos pais preferia que os filhos empregassem formas pronominais de solidariedade, com o pronome *tu* prevalecendo. Os dados da pesquisa então revelaram que as formas V sofreram um decréscimo e que o uso das formas T passou a ser naturalizado no contexto familiar.

Relativamente ao emprego da forma *o(a) senhor(a)*, Biderman (1973) também nota que ao dirigir-se ao alguém da mesma classe social e da mesma idade, esse tratamento pode alterar com *você*. Segundo ela, o tratamento mais formal usa-se em ambientes mais refinados por pessoas de educação mais conservadora. Essa forma também pode ser usada no tratamento de superior para inferior, com a intenção de estabelecer distâncias ou expressar respeito, conforme a dimensão de solidariedade. Outras variantes dialetais dessa forma mencionadas por Biderman (1973) são *sinhô, siô, nhôr, nhozinho, nhonhô, nhô, sô, seu*. A forma *seu* é frequentemente empregada no Brasil moderno, antecedendo o nome próprio ou de família. Segundo Cunha e Cintra (1996), o tratamento *o(a) senhor(a)* acompanhado da menção do título ou cargo da pessoa é inusitado no Brasil, assim como o uso de título com o nome próprio ou de família. Esse tipo de tratamento só se usa com o patente de militares (*O Tenente Barroso*), os altos cargos e títulos nobiliárquicos (*O Presidente Bernardes, A Condessa Pereira Carneiro*), ou com o título *Dom*, para os membros da família real, ou para os nobres, monges beneditinos, e dignitários da Igreja a partir dos bispos (*D. Pedro*). Quanto ao tratamento correspondente para mulheres, ou seja, *Dona*, este se emprega para senhoras de

qualquer classe social, como em Portugal. Porém, o emprego de títulos de *Doutor* e *Professor* é frequente, o segundo sendo usado para docentes de qualquer grau de ensino.

Biderman (1973:368) nota que as formas de tratamento cerimonioso que são usadas em Portugal, como *Vossa Excelência* ou *Vossa Senhoria*, “são esteriótipos amorfos da escrita comercial e burocrática” na linguagem do Brasil e que na oralidade “aparecem raramente e apenas em situações muito formais como: discursos e defesas de tese em universidades”.

Cunha e Cintra (1996) acrescentam que no Brasil *Vossa Excelência* só se emprega para o Presidente da República, ministros, governadores dos Estados, senadores, deputados e oficiais gerais, enquanto nos requerimentos, petições e outros documentos escritos, o uso dessa forma estende-se a presidentes de instituições, directores de serviço e altas autoridades em geral. No que toca à forma *Vossa Senhoria*, os autores afirmam que é quase inexistente na linguagem oral, mas que se pode empregar na escrita, como nas cartas comerciais, nos requerimentos ou em ofícios, quando não é próprio usar o tratamento de *Vossa Excelência*.

Um outro marco do sistema das formas de tratamento no Brasil, segundo Cunha e Cintra (1996), é o uso das formas na função de objeto. Normalmente, elas empregam-se só nas funções de sujeito, de agente da passiva e de adjunto. Quando se empregam como objeto, substituem os pronomes átonos *o*, *a* e *lhe*, como nos seguintes exemplos apresentados pelos autores:

(1) Há uma hora estou esperando *você* sozinha, neste escritório.

(Ciro dos Anjos, *DR*, 32.)

(2) Devo *a você* e ao doutor Rodrigo.

(Jorge Amado, *MM*, 229)

(3) Eu aprecio muito *o senhor* e era incapaz de ofendê-lo voluntariamente.

(Rodrigo M. F. de Andrade, *V*, 124) (*apud* Cunha e Cintra 1996:296)

De acordo com Azevedo (1981), esse tipo de emprego das formas de tratamento desfaz a ambiguidade dos pronomes átonos, que se podem empregar tanto para a segunda pessoa

quanto a terceira e que constituem um sistema não-marcado em termos de formalidade. O autor afirma:

Em casos não marcados, e desde que não haja perigo de ambiguidade quanto ao referente, funciona perfeitamente a série histórica de terceira pessoa. A partir do momento que a distinção precise ser feita, abandonam-se as formas oblíquas e recorre-se às próprias formas de tratamento pronominalizadas (...). (274)

Elaborando ainda mais a questão da formalidade em português brasileiro, Azevedo (1981) realizou uma pesquisa sobre o emprego das formas de tratamento entre clientes e empregados de vários estabelecimentos em São Paulo e Campinas. Os dados recolhidos sugeriram que independentemente do tratamento usado pelo investigador (sujeito nulo, *você* ou *o(a) senhor(a)*), foi mais provável que os empregados usassem o tratamento informal *você*. Azevedo, portanto, conclui que existe certa inclinação para usar *você* em situações onde se antes usaria o tratamento formal. Isso sugere uma tendência para basear os relacionamentos desse gênero na solidariedade, e não no papel social dos interlocutores, assim diminuindo a distância social entre eles. A questão da escolha do tratamento em português brasileiro também foi abordada por Eliana A. de M. Mendes (1998). Segundo a autora, um falante nativo do português brasileiro tem a competência comunicativa para fazer a opção conveniente nas diferentes situações de comunicação, mas o mesmo constitui dificuldades para um aprendiz da língua. Transferindo para o português as regras das suas culturas, é comum que estrangeiros usam o tratamento cerimonioso *o(a) senhor(a)* quando os brasileiros empregariam o tratamento informal. Para investigar a pressuposta tendência crescente para informalidade na linguagem brasileira, Mendes analisou um corpus constituído de diversas gravações do Congresso Universitário do UFMG de 1995. As suas hipóteses foram confirmadas, visto que os resultados mostraram que 78,1% dos tratamentos empregados foram *você/vocês*, sendo utilizados por falantes de todas as posições na hierarquia

universitária e política, tanto em relação aos falantes de mesmo nível quanto aos de nível inferior ou superior.

4. FORMAS DE TRATAMENTO NO ROMANCE TERRAS DO SEM FIM

4.1 Estudos realizados sobre as formas de tratamento nas obras do Jorge Amado

Angela Bartens no seu estudo “O uso das formas de tratamento em três romances do Jorge Amado” (2003) e John B. Jensen no estudo “Dona Flor and Her Five Forms of Address” (1982) abordavam a questão do tratamento nos romances de Amado. Bartens investigou esse tema nos romances *Capitães de Areia*, *Gabriela, cravo e canela*, e *Tocaia Grande*, publicados em 1937, 1958 e 1984, respectivamente. A autora escolheu essas obras por considerá-las representativas dos três períodos mais importantes na obra do Amado: “do período inicial de articulação política, o período médio em que se supõe muitas vezes que escreveu literatura trivial e o período da maturidade artística” (2003:316). A autora investigou como as formas de tratamento refletem as relações interpessoais e a cortesia nos romances, bem como a maneira em que o autor empregou essas formas para a caracterização das personagens. Segundo a análise, na fala popular entre membros do estrato social baixo o tratamento predileto é *tu* com o verbo na 3.^a pessoa do singular. Nas camadas mais elevadas da sociedade, por sua vez, para o tratamento neutro emprega-se *você*, enquanto *tu* com o verbo na 2.^a pessoa do singular exprime intimidade. As variantes *vosmicê*, *vossência* e *vancê* são usadas como tratamento V, conferindo mais respeito do que *você*.

Jensen (1982), por sua vez, analisou as formas de tratamento no romance *Dona Flor e Seus Dois Maridos* de 1966. Jensen nota que o romance como obra literária de ficção é a produção criativa de um autor individual, e por isso pode não refletir necessariamente o uso real da língua da comunidade de fala retratada. Contudo, Jensen afirma que o meio local é um elemento crucial para escritores como Amado e que eles, portanto, usam diálogo natural e

coloquial como utensílio para estabelecer a credibilidade do contexto da novela e das personagens. De acordo com Jensen, diálogo natural é de grande importância para estudos sociolinguísticos, uma vez que o escritor o usa como um dos principais meios para expressar as relações sociais entre as personagens. Assim, o estudo do Jensen revelou que a forma mais usada no romance é *você*, seja com as formas oblíquas da segunda, seja da terceira pessoa. O segundo tratamento mais usado é *o(a) senhor(a)*, empregado pelas personagens entre quais não existe intimidade, sendo geralmente recíproco nesse contexto. Também pode ser empregado nas relações assimétricas fixas, como, por exemplo, entre a personagem principal de Flor e a sua mãe. O tratamento *tu* também é usado frequentemente, acompanhado pelas formas verbais da 3.^a pessoa na maioria dos casos como mera substituição léxica de *você*. No romance, esse emprego é característico dos sujeitos “bandidos”. Contudo, *tu* com as formas de 2.^a pessoa é usado pelas personagens formais e educadas, tal como poetas e médicos. Um tratamento menos frequente usado no romance é *vosmicê*, derivado da forma *Vossa Mercê*. Jensen nota que esse tratamento é empregado em alternativa à forma *o(a) senhor(a)*, tipicamente por personagens de classe baixa. Outras formas que aparecem são *Vossa Senhoria*, *Vossa Mercê*, *o cavalheiro*, *o caro amigo*, *o doutor* e *ocê*. Uma estratégia que também ocorre é o sujeito nulo, quando um dos interlocutores hesita em decidir se usar *você* ou *o(a) senhor(a)*, como, por exemplo, entre personagens que acabaram de conhecer-se. Jensen (1982:256) também descreve as duas funções das formas de tratamento na sociedade e, portanto, no romance em questão. A primeira função é a de refletir padrões sociais que regulam a maneira em que uma pessoa pode dirigir-se a outra, conforme a interação dos fatores como domínio, poder, intimidade, solidariedade, idade, sexo, posição social, educação, etc. Jensen afirma que nessa função as formas de tratamento são relativamente imutáveis, mas podem ser substituídas quando a relação entre os interlocutores muda significativamente. Segundo o autor, a maioria dos estudos aborda este tipo de tratamentos. Por outro lado, a

segunda função das formas de tratamento é afetiva, que não reflete tanto a estrutura social quanto as circunstâncias do diálogo e as forças transitórias que podem mudar a forma de tratamento usualmente empregada, como o tema da conversação, formalidade da ocasião, testemunhas presentes, atitude do falante, estados emocionais, etc. Empregadas nessa função, as formas de tratamento podem mudar momentaneamente num relacionamento linguístico que geralmente seja estável.

4.2 Análise das formas de tratamento no romance *Terras do Sem Fim*

O romance *Terras do Sem Fim* foi escrito por autor brasileiro Jorge Amado em 1942, na época em que foi no exílio no Uruguai, e publicado no ano seguinte. O romance é a segunda obra no ciclo de romances do Amado que retratam a cultura cacauera no sul da Bahia, ao lado de *Cacau* (1933) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944). Segundo o posfácio da obra na edição da *Companhia das Letras*, o plantio do cacau na região de Ilhéus começou ainda no século XVIII, mas não foi até 1910, quando as terras passaram a ser doadas pelo governo aos fazendeiros interessados, que as disputas em torno da posse da terra se intensificaram. O romance é situado nesse período da formação da zona cacauera, nas décadas de 1910 e 1920, e de acordo com Rosaura Gil Marquez (1981:2-3), reflete as experiências pessoais do autor:

O momento sócio-histórico é o da conquista de terras no sul do estado da Bahia e o das conseqüentes lutas que caracterizam a situação de conflito. O próprio pai de Jorge Amado participou destas lutas, justamente no ano do nascimento do autor (agosto de 1912); um ano depois, sofreu um atentado por parte de jagunços, e somente em 1917 é que João Amado voltou a dedicar-se ao cacau, desta vez não mais na fazenda Auricídia, mas na Taranga, em Ilhéus, onde novamente se envolveu nas lutas de conquista de terras. Anos mais tarde, sensível aos acontecimentos de sua infância e ligado às suas raízes, o romancista retratara, em sua arte, toda a situação vivida pela família Amado.

O romance assim descreve os conflitos entre irmãos Badaró e o coronel Horácio da Silveira e a sua luta consequente pela posse das terras do Sequeiro Grande. A obra apresenta um vasto leque de personagens, desde trabalhadores pobres que vão às roças de cacau em procura de dinheiro fácil ou, por outro lado, jagunços fazendo “tocaías”, ou seja assassinatos ordenados pelos coroneis para que eles se livrassem dos seus oponentes, até personagens cultas como advogados e médicos oportunistas, querendo beneficiar do crescimento do comércio de cacau. Tal variedade de pessoas de todas as classes e posições sociais, assim como a natureza coloquial do diálogo de Amado, prestam-se para a análise da maneira como as formas de tratamento figuram na caracterização das personagens e como fazem parte das suas relações interpessoais.

A análise será feita com a base na distinção dicotómica entre relações solidárias e não solidárias, como apresentado pelo Brown e Gilman (1960), utilizando a metodologia do trabalho de Machado (2011), que categorizou as relações em simétricas solidárias, simétricas não-solidárias, assimétricas descendentes e assimétricas ascendentes. Nos casos relevantes também serão examinadas as duas funções das formas de tratamento, apresentadas por Jensen (1982). Cabe notar que a análise incluirá só as formas de tratamento na função do sujeito, excluindo as formas vocativas. Para a análise será usada a 24.^a edição do romance da editora Martins.

4.2.1 Relações simétricas solidárias

Segundo Machado, “as relações simétricas são aquelas em que nenhum dos participantes da situação comunicativa exerce poder sobre o outro” (2011:174), orientadas pelo eixo de solidariedade, em vez de poder. No seu estudo, Machado encontrou este tipo de relações nos diálogos entre casais, irmãos e amigos. Machado notou que as formas de tratamento usadas nesse contexto até o segundo quarto do século XX foram mais diversas, inclusive pronomes e

formas de base nominal, mas desde 1930 a forma mais usada passa a ser *você*. Em *Terras do Sem Fim* também se encontram exemplos dos tratamentos entre íntimos que se enquadram nesta categoria.

Nas relações entre casais os tratamentos empregados são *você* e *tu*, mas com diferenças na flexão verbal e algumas diferenças semânticas. Assim, esposos despedindo-se antes da partida do navio em direção a Ilhéus tratam se por *você*:

(1) – *Para o mês eu volto, meu amor, trago os meninos. E você vai ficar boa... O médico me disse...*

– *Eu sei que morro, Robério. Não vejo mais você nem os meninos.* (22)

A forma oblíqua usada na continuação do diálogo (*lhe*) e as formas do impérativo (*escreva, vá*) pertencem à paradigma da terceira pessoa do singular. O mesmo não acontece na despedida entre Antônio Vítor, o futuro trabalhador e jagunço da família Badaró, e a sua namorada Ivone:

(2) IVONE – *Você não vai voltar mais, outro ia me pegar um dia qualquer. É melhor ser mesmo com tu. Assim tu fica sabendo quanto eu gosto de você.* (30)

Nesse exemplo os dois tratamentos parecem ser usados de forma intercambiável, ambos usadas com o verbo na 3.^a pessoa do singular. Tal convivência das duas formas, sem que haja uma diferença sintática ou semântica, é também visível nas outras obras do Amado, como encontrou Jensen (1982), e é principalmente característica da fala popular das personagens de estratos baixos da sociedade. Na fala das personagens educadas, por sua vez, nota-se uma certa distinção no uso dessas duas formas. Ester, esposa do coronel Horácio, educada num colégio de freiras na Bahia, trata o marido sempre por *você*:

(3) ESTER – *Pensava até que a música não lhe agradava...Agora, que sei que você gosta, o piano não vai ter descanso.* (87)

Do marido, que é um homem do povo e que tem a nível de educação inferior, ela recebe ora *tu* ora *você* na combinação com a 3.^a pessoa, como nos exemplos anteriores:

- (4) HORÁCIO – *Enxugue esses olhos, mande fazer um jantar direito que hoje vem comer aqui o dr. Virgílio, esse advogado novo que tá em Tabocas e é protegido do dr. Seabra. E você se vista direito também.* (65)
- (5) HORÁCIO – *Tu vai para Ilhéus, é melhor...* (111)

Contudo, quando Ester passa a ter uma relação amorosa com o advogado do marido, dr. Virgílio, trata-o por *tu* quando falam em privado, usando as formas verbais da 2.^a pessoa do singular e as correspondentes formas oblíquas:

- (6) ESTER – *Vou contigo, meu amor, para onde tu quiseres...* (188)
- (7) ESTER – *Tu não achas que eu devia fazer assim?* (252)

Do Virgílio ela também recebe o tratamento por *tu*, com uma única ocorrência de *você*. É de salientar que o casamento de Ester com Horácio não estava feliz, pelo menos do ponto de vista dela, e que ela se sentia presa nele, sem ser apaixonada por seu marido. Por outro lado, Ester sentiu uma conexão imediata com Virgílio, sendo atraída pelos interesses semelhantes do doutor e pelas suas maneiras finas, que contrastavam com o inculto coronel Horácio, e apaixonou-se pelo advogado pouco depois. Assim sendo, o uso do tratamento *tu* por essas duas personagens aponta para uma diferença em nuances de intimidade que exprimem *tu* e *você* no contexto descrito, o pronome *tu* sendo o tratamento predileto para mostrar intimidade extrema. Cabe notar que este tipo de emprego do pronome *tu* só foi encontrado no diálogo do dr. Virgílio e Ester, usado com a paradigma verbal e pronominal da 2.^a pessoa do singular, o que é de acordo com as conclusões de Jensen (1982) que notou que tal emprego no romance *Dona Flor e Seus Dois Maridos* é característico das pessoas formais ou educadas. O diálogo entre Ester e Virgílio também é interessante porque exhibe o que Jensen (1982) denomina como função afetiva das formas do tratamento, ou seja, mudança do tratamento conforme

circunstâncias do diálogo. Assim Ester trata Virgílio por *o senhor* quando a sua conversa ocorre com outros personagens presentes:

(8) ESTER – Disse que o senhor ontem andou fazendo de cavaleiro andante, doutor Virgílio?

Um outro exemplo do tratamento entre casais é uma letra que coronel Maneca Dantas recebe da sua amante Doralice, que conheceu quando passou dois meses na Bahia. A carta é cheia de erros de ortografia e recorre ao uso de uma variação do tratamento *você*, ou seja, *vosse* e forma oblíqua *li* em vez de *lhe*:

(9) DORALICE – Meu querido Maneca estimo que esta mal traçada linha va li encontrar gozando perfeita saúde. Maneca vosse foi muito ingrato para mim não escreveu a sua sempre esquecida Doralice que está a sua espera. (281)

No que concerne o uso das formas de tratamento entre irmãos, os irmãos Badarós, coronel Sinhô e o seu irmão mais novo Juca, tratam se na maioria das vezes por *tu* com a 3.^a pessoa do singular do verbo, mas usando pronomes oblíquos e possessivos da 2.^a pessoa:

(10) JUCA – Tu veio de fora mas eu já nasci aqui e desde menino que aprendi a conhecer terra que é boa pro plantio. Posso te dizer que basta eu pisar numa terra e sei logo se ela presta ou não pro cacauero. (67)

(11) SINHÔ – É engraçado, Juca, tu é meu irmão, tua mãe foi a mesma velha Filomena que me pariu e Deus tenha em sua guarda. (67)

Assim também se tratam irmãs Maria e Violeta, vivendo numa casa de mulher-dama na povoação de Ferradas:

(12) MARIA – Tu não tem mesmo coração... (129)

No tratamento dos amigos, as formas usadas são também as de intimidade, ou seja, *tu* ou *você*. Na conversa com o seu amigo coronel Maneca Dantas, Horácio usa ora *tu* ora *você*, sem uma aparente diferença no significado, adicionando o vocativo *compadre*:

(13) HORÁCIO – *Que é que você me diz, seu compadre?* (91)

(14) HORÁCIO – *E, tu, compadre, vai falar com Teodoro.* (111)

4.2.2 *Relações simétricas não-solidárias*

Na categorização do Machado (2011:188), as relações simétricas não-solidárias são as “entre desconhecidos bem como entre conhecidos, não-amigos, sem nenhum vínculo familiar”. Segundo Machado, a análise desse tipo de relações prova-se como o mais difícil na categorização usada, tendo em conta que as regras que regem o uso dos tratamentos entre não-íntimos são bastante flexíveis. Em *Terras do Sem Fim* a forma de tratamento usada na maioria dos casos entre não-íntimos iguais é *o(a) senhor(a)*. Assim, no navio rumo ao Ilhéus, coronel Maneca Dantas trata Capitão João Magalhães, batoteiro profissional nas mesas de póquer da Bahia, fazendo-se passar por um engenheiro militar, por *o senhor*:

(15) MANECA DANTAS – *E o senhor também aparece, Capitão?* (39)

Coronel Horácio também trata o seu advogado, dr. Virgílio, principalmente por *o senhor*:

(16) HORÁCIO – *Só quero fazer um favor ao senhor. O senhor dá a ordem ao cabra, e todo mundo vai saber, mesmo que eu responda júri, que foi vosmecê quem mandou liquidar Juca Badaró. E ninguém se mete mais aqui com o senhor, nem com mulher sua... Vão lhe respeitar...* (235)

Embora Horácio trate quase todas as outras personagens usando estratégias T, ele usa estratégias V, ou seja, *o senhor* e *vosmecê*, para dirigir-se ao dr. Virgílio para exprimir respeito devido ao “status” do advogado, o que acontece também quando outras personagens

tratam alguém que exerce uma profissão prestigiada. O tratamento que, por sua vez, Horácio recebe do Virgílio é *o senhor e o coronel*:

(17) VIRGÍLIO – *Os Badarós não devem gostar de mim e eu reconheço que têm razão. Sou advogado do senhor e, demais, advogado do partido.* (233)

(18) O coronel *fala, mas garanto que jamais gastou seis contos tão satisfeito como quando comprou esse piano.* (86)

Exemplos de tratamentos nominais, como *o coronel*, são escassos no romance. A única ocorrência, salvo esta, do tratamento simétrico com base nominal entre personagens não-íntimas ocorre no diálogo entre Ester e Virgílio, quando estes ainda não começaram a sua romance e falavam na presença de outras pessoas, Ester tratando o advogado por *o doutor*:

(19) ESTER – *E o doutor? Pouco ou muito açúcar?* (88)

Outro tratamento usado raramente neste tipo de relação é *vosmecê*, tratamento pronominal arcaico derivado da fórmula *Vossa Mercê*, exprimindo mais respeito ou cortesia do que *você*, como no exemplo (16). Empregam-no coronel Maneca Dantas ao dirigir-se ao dr. Virgílio, como também Juca Badaró para tratar Margot, mulher-dama que viajou para Ilhéus para estar com dr. Virgílio, com o qual ela teve uma relação desde os dias de estudante do advogado. Juca usa esse tratamento em várias ocasiões de conversar com Margot, oferecendo a sustentá-la, uma oferta que ela aceita depois de terminar o seu relacionamento com dr. Virgílio:

(20) JUCA – *Se nunca ouviu, vosmecê vai ouvir falar muito em Juca Badaró.* (27)

(21) JUCA – *Boto casa pra vosmecê, lhe dou de tudo.* (190)

Similarmente, quando João Magalhães chega à fazenda dos Badarós, ele trata Don'Ana Badaro, a filha única do Sinhô Badaró, por *a senhora*, atuando de acordo com as normas de cortesia das classes superiores, e recebe o mesmo tratamento da menina:

(22) JOÃO – A senhora estava linda... *Se estivesse num baile, no Rio, não haveria outra mulher tão bonita. Lhe juro.* (203)

(23) DON'ANA – O senhor é um homem direito... (204)

No entanto, quando o par começa o seu namoro, a relação passa a ser mais solidária, mudando também o tratamento para as formas T. Tal mudança de tratamento é de acordo com a primeira função das formas de tratamento, segundo proposto por Jensen (1982), que reflete os costumes sociais que regulam a escolha das formas de dirigir-se ao interlocutor e na qual essas formas são relativamente imutáveis, mudando só quando existe uma modificação fundamental na relação entre os interlocutores. Assim João dirige-se a Don'Ana usando *você*:

(24) JOÃO – *Se você deseja, eu volto...* (205)

Um tratamento invulgar digno de nota, usado unicamente em situações cerimoniais e formais para tratar um grupo de pessoas em relação não-solidária com o falante, é o pronome *vós*, ou seja, sujeito nulo com a 2.^a pessoa do plural do verbo e os pronomes oblíquos correspondentes. Essa estratégia ocorre pela primeira vez quando Frei Bento, o frade da povoação de Ferradas, cumprimenta pessoas reunidas antes de rezar orações para um defunto:

(25) FREI BENTO – *Deus esteja convosco.*

O segundo exemplo do emprego ocorre no julgamento do coronel Horácio, quando o advogado do demandante, dr. Rui, se dirige ao júri:

(26) DR. RUI – *Ao absolver o coronel Horácio da Silveira provareis, senhores do conselho de sentença, a todo o mundo civilizado, cujos olhos estão voltados para esta sala, que em Ilhéus não existe apenas o cacau, a terra fértil e o dinheiro, provareis que em Ilhéus existe a Justiça, mãe de todas as virtudes de um povo!*

No que concerne trabalhadores nas roças de cacau ou pessoas de classes baixas vivendo nas povoações ao redor das fazendas e o seu emprego das formas de tratamento nas relações

simétricas não-solidárias, ou seja, com desconhecidos e não-amigos, os tratamentos usados predominantemente pertencem às formas T. Assim, trabalhadores de Fazenda Baraúna e Fazenda Auricídia que se acabaram de conhecer tratam-se por *tu* com a 3.^a pessoa do singular do verbo, o que Machado (2011:190) chama “*tu* não padrão”:

(27) HOMEM MAGRO – Se tu tem boa pontaria, tu tá feito na vida. (101)

(28) VELHO – Se tu quer ir embora vá hoje mesmo, amanhã já é tarde... Se tu quer ir, vem com a gente, assim faz também a caridade de ajudar a carregar o finado... (103)

Bartens (2003) também encontrou que no romance *Gabriela, Cravo e Canela*, a personagem principal Gabriela trata pessoas que não conheceu anteriormente por *tu* com a 3.^a pessoa do singular do verbo, sem que haja uma intimidade qualquer, porque acha que fazem parte do mesmo estrato social baixo.

4.2.3 Relações assimétricas descendentes

Segundo Machado (2011:198), relações assimétricas são “as que se desenvolvem na interação entre um emissor e um receptor em que um deles detém poder sobre o outro. Nesse caso, poder [...] é entendido como o controle que um dos participantes da situação comunicativa exerce sobre seu interlocutor”. Por questões metodológicas, no seu estudo Machado distinguiu entre relações assimétricas ascendentes e descendentes. A autora observa o tratamento descendente, entre outros, nas relações familiares, quando, por exemplo, um pai dirige-se aos filhos ou quando um tio fala com os sobrinhos, como também na fala entre um patrão e o seu empregado. Em *Terras do Sem Fim* essas duas categorias dos tratamentos descendentes também ocorrem, relações familiares sendo mais escassas do que relações entre patrão e empregado. Assim, Sinhô Badaró emprega o tratamento *tu* com o verbo na 3.^a pessoa de singular para dirigir-se a sua filha Don’Ana, usando o pronome possessivo da 2.^a pessoa:

(29) SINHÔ – *Mandaram pedir também tua mão, minha filha. Juca acha bom, eu não sei que achar... Foi esse capitão que teve aqui... Que tu acha?* (249)

Para tratar a afilhada, Raimunda, Sinhô Badaró também usa o pronome *tu*, assim como o outro tratamento T, *você*, ambos com o verbo na 2.^a pessoa do singular:

(30) SINHÔ – *Antônio Vítor quer casar com você... Eu disse que sim. Dou as terras que tão por trás das roças do Repartimento de dote. Tu quer?* (249)

Esses tratamentos usados de superior ao inferior íntimo na relação familiar, portanto, correspondem às formas usadas nas relações simétricas solidárias entre iguais. Assim como nessa categoria de relações, na presente categoria não se registou a suplantação do tratamento *tu* por *você*, o acontecimento que a maioria dos estudos situa no segundo quarto do século XX. Tal coexistência dos dois tratamentos pode ser encontrada nas várias obras do Amado, como foi comprovado nos trabalhos de Jensen (1982) e Bartens (2003), predominantemente na fala das personagens do estratos baixos da sociedade ou de pouca educação, sem que haja uma notável distinção do grau de intimidade entre os dois tratamentos.

As mesmas estratégias de tratamento empregam-se na relação entre patrão e empregado, ou seja, entre superior e inferior não-íntimo, que no romance se traduz em relação entre coronel ou membros da sua família e os trabalhadores nas suas fazendas ou seus jagunços. Uma das situações na qual esse tipo de relação é visível ocorre quando Juca Badaró contrata homens para o seu serviço ainda no navio rumo ao Ilhéus:

(31) JUCA – *Você de onde vem?* (37)

Seu Azevedo, dono duma loja de ferragens, também trata o seu empregado Militão por *você* quando o manda ir à fazenda dos Badarós. Na fazenda recebe o mesmo tratamento da Don'Ana:

(32) SEU AZEVEDO – *Militão, você vai montar no meu cavalo e tocar à toda pra fazenda dos Badarós, entregar essa carta a Sinhô.* (167)

(33) DON'ANA – *Então você vai montar de novo e dar um pulo nas Baraunás.*

Sinhô Badaró, por sua vez, trata Damião, o seu jagunço mais confiável, por *tu*, com o verbo na 3.^a pessoa e formas oblíquas da 2.^a pessoa do singular:

(34) SINHÔ – *Tu sabe, negro, que os jornais da capital tão se ocupando de ti?* (70)

Sinhô emprega a mesma estratégia de tratamento por *tu* para um outro jagunço, Viriato:

(35) SINHÔ – *O que é que tu sabe?* (117)

Além das descritas duas categorias de relações assimétricas descendentes, foram encontrados outros exemplos do tratamento descendente entre não-íntimos. Nesses casos, a relação entre os interlocutores não é estritamente fixada como nos exemplos anteriores, porque um dos interlocutores não exerce tal tipo de poder sobre o outro, mas a relação é negociada conforme fatores mais sutis como, por exemplo, o prestígio do interlocutor que é considerado como o superior no diálogo, a sua o nível de educação ou influência no dado meio social. Um dos exemplos é o diálogo entre o médico dr. Jessé e um dos clientes do seu consultório, o qual o médico trata por *você*:

(36) DR. JESSÉ – *Bem, venha quando puder... Você não tem nada de sério.* (158)

Similarmente, quando jagunço Damião foge para a mata para pedir ajuda do feiticeiro Jeremias, Jeremias trata-o por *tu* de forma descendente, enquanto ele usa *vosemecê* para dirigir-se ao feiticeiro:

(37) JEREMIAS – *Filho, não há desgraça sem cura. Tu conta pra eu, negro velho vai dar remédio...* (122)

(38) DAMIÃO – *Desde que vosmecê me fechou o corpo pras balas que nunca perdi um tiro, nunca me meteu medo ter de derrubar um desinfeliz...* (122)

Nos ambos os exemplos apresentados, o prestígio das profissões dos falantes em relação aos seus interlocutores, sem que estes exerçam um outro tipo de poder sobre o falante, permite-lhes a empregar o tratamento assimétrico descendente. De modo similar, idade também pode ser um fator de poder no diálogo. Assim, no navio para Ilhéus pequeno fazendeiro José Ribeira trata um passageiro mais novo por *tu*. Idade, porém, não é o único fator de assimetria nessa relação, influência e prosperidade económica sendo outros:

(39) JOSÉ – *Tu é criança, que é que tu já viu nessa vida? Tu me vê aqui, tou com mais de cinquenta no costado, já andei muita terra, tenho dez anos dentro dessas matas.* (35)

4.2.4. Relações assimétricas ascendentes

A última categoria na categorização de Machado (2011:209) abrange relações assimétricas ascendentes. Segundo a autora, tratamento ascendente é aquele “que é dispensado por um emissor a um receptor, em que este detém poder sobre aquele”. No seu trabalho, ela encontrou esse tipo de tratamento, entre outros, nas relações de parentesco, como na fala de filho para o pai ou do sobrinho para o tio, assim como nas relações entre empregado e o seu patrão. Machado assemelhou os tratamentos empregados nas relações ascendentes com os usados nas relações simétricas não-solidárias, existindo uma diversidade de formas. Em *Terras do Sem Fim* todos os tratamentos empregados nas relações ascendentes pertencem às formas V, o que é de acordo com as conclusões de Machado, visto que o romance tem o seu enredo situado nos começos do século XX (2011:208):

Acredita-se que, até a primeira metade do século XX, prevaleça o emprego de formas nominais no tratamento assimétrico ascendente e que, a partir dos anos de 1950, há

uma mudança substancial desses usos devido a uma intensa flexibilização das relações de um modo geral.

Exemplos dos tratamentos ascendentes empregados nas relações familiares são raros no romance, com apenas três casos registrados. O tratamento empregado pela Don'Ana Badaró para dirigir-se ao seu pai, Sinhô Badaró é a forma *o senhor*:

(40) DON'ANA – *O vestido é meu, foi o senhor quem me deu. Ponho ele quando quero, não é para ninguém se rir...* (203)

Esse é a única ocasião na qual Don'Ana trata o seu pai diretamente, porém, também se dirige a ele indiretamente citando um trecho da Bíblia, e nessa situação o tratamento usado é *tu*, com a 2.^a pessoa do singular do verbo, característico da linguagem bíblica:

(41) DON'ANA – *“Não te ponhas contra mim obrigando-me a deixar-te e a ir-me; porque onde quer que tu fores irei eu; e onde quer que tu ficares, ficarei eu também.”*
(118)

O último exemplo do tratamento ascendente nas relações de parentesco também inclui Sinhô Badaró. Para tratá-lo, a sua afilhada Raimunda usa um tratamento nominal, *padrinho*, o único tal tratamento encontrado nesta categoria:

(42) RAIMUNDA – *Se padrinho acha bom...* (249)

Mais numerosos foram casos do tratamento ascendente entre patrão e empregado, ou seja nas relações ascendentes entre não-íntimos, o emprego da forma *vosmecê* sendo categórico. Assim, coronel Horácio recebe esse tratamento do lavrador Altino:

(43) ALTINO – *Vosmecê me adisculpe, seu coronel, mas nós queria saber, quando é que a gente passa a escritura da terra?* (53)

Capitão José Magalhães recebe o mesmo tratamento do seu jagunço Antônio Vítor, já que passou a ser um membro da família Badaró depois de casar-se com Don'Ana:

(44) ANTÔNIO VÍTOR – *Nós vai a pé guardando vosmecê...* (267)

No seu estudo do Jensen (1982) também encontrou uma forma semelhante, *vosmicê*, que foi a quarta mais usada forma no romance *Dona Flor e Seus Dois Amigos*, depois de *tu*, *você* e *o(a) senhor(a)*. Jensen considera essa forma a ser o morfológico antecessor da *você*, mas no romance foi usada como forma alternativa de *o(a) senhor(a)*, por um lado, em diálogos nos quais o falante sentia raiva do interlocutor ou, por outro lado, entre pessoas de classe baixa. Em *Terras do Sem Fim* este segundo tipo de emprego da forma foi registado, visto que as pessoas educadas ou de classes mais altas preferiam o uso de *o(a) senhor(a)*.

Como nas relações assimétricas descendentes, também foram encontradas situações de emprego ascendente em situações nas quais os interlocutores não foram vinculados por uma relação de poder propriamente dita, mas o tratamento foi negociado conforme fatores como idade, gênero, posição social, educação, etc. que, segundo Jensen (1982) fazem parte da primeira função das formas de tratamento, ou seja, da reflexão das normas sociais que regem o uso dessas formas. Um dos exemplos desse tipo de tratamento ascendente é o emprego da forma *vosmecê* no tratamento do Juca Badaró pelo fazendeiro José Ribeira. Embora José trate um outro passageiro desconhecido mais novo do que ele por *tu*, ele dirige-se ao Juca usando uma forma V para exprimir o seu respeito pelo coronel poderoso. Do coronel, por sua vez, ele recebe *você*:

(45) JOSÉ – *Como vai vosmecê, seu Juca?* (36)

(46) JUCA – *Você conhece essa gente, Zé da Ribeira?* (36)

O mesmo acontece quando um trabalhador visita o consultório do dr. Jessé, tratando-o por *vosmecê*. Embora dr. Jessé não tenha tratado esse trabalhador diretamente, no diálogo com o cliente anterior, sem que haja intimidade qualquer com nenhum dos clientes, ele usou *você*:

(47) TRABALHADOR – *Vosmecê* não acha que é maleita, seu doutor? (159)

Então, a julgar pelas formas usadas em relações descendentes e ascendentes no romance, semântica de solidariedade, descrita por Brown e Gilman (1960), ainda não dominou sobre a semântica de poder e seus tratamentos assimétricos, o que foi de esperar visto que o romance é situado no primeiro quarto do século XX num meio social altamente hierárquico.

CONCLUSÃO

O romance *Terras do Sem Fim* mostrou-se como um bom meio para estudar formas de tratamento em uso, uma vez que o escritor emprega linguagem natural nos diálogos, modificando-a conforme cada personagem e situação. A análise dos tratamentos demonstrou como elas refletem relações interpessoais e a esfera social da região de cacau brasileira do começo do século XX na qual o enredo do romance é situado. As relações e correspondentes tratamentos entre personagens foram divididas em quatro categorias. A primeira categoria abrangeu relações simétricas solidárias, inclusive as entre casais, irmãos e amigos. As formas mais usadas foram *você* e *tu*, mas com diferenças na flexão verbal e algumas divergências semânticas. Assim, na fala popular esses dois tratamentos foram empregados de forma intercambiável, ambos com a 3.^a pessoa do singular do verbo. Na fala culta, porém, o pronome *tu* foi usado como o tratamento mais íntimo do que *você*, sempre com o verbo na 2.^a pessoa do singular. Na segunda categoria foram incluídas relações simétricas não-solidárias, como as entre desconhecidos e não-amigos. O tratamento mais frequente foi *o(a) senhor*, aparecendo também *vosmecê* e formas nominais, bem como o pronome *tu* com o paradigma verbal da 3.^a pessoa do singular nos diálogos entre trabalhadores, sem que haja qualquer tipo de intimidade entre eles. Nas relações assimétricas descendentes, que incluem casos como fala do pai dirigida aos filhos, ou de patrão dirigida aos empregados, os tratamentos mais comuns foram comparáveis aos da primeira categoria, ocorrendo *tu* e *você* com o verbo na 3.^a pessoa do singular. Em último lugar, foram analisadas relações assimétricas ascendentes, como a categoria dos tratamentos opostos aos usados nas relações descendentes. A forma mais empregada foi *vosmecê*, especialmente no tratamento dos patrões pelos seus trabalhadores, enquanto nas relações familiares também foram registradas formas V, mas na forma de tratamento *o senhor* e tratamento nominal.

De modo geral, formas de tratamento usadas no romance representam um ponto de evolução do sistema de tratamentos no português brasileiro. Considerando o contexto histórico, pode constatar-se que o emprego no romance reflete de certa forma as tendências dos começos do século XX. Assim, os tratamentos de intimidade, ou seja *tu* e *você*, ainda estavam em concorrência nas relações simétricas solidárias, como também nas relações entre superior e inferior. No que toca os tratamentos de cortesia, a forma *o(a) senhor(a)* ainda não era o tratamento usado categoricamente nas relações entre iguais não-solidários ou de inferior ao superior, uma vez que também foram registadas numerosas ocorrências da forma *vosmecê*. Portanto, o sistema da época ainda não foi dual, existindo pelo menos quatro formas usadas com frequência em diálogos entre pessoas de todas as posições sociais. Também ainda não se implantou no sistema a semântica de solidariedade, que parece ganhar terreno no Brasil contemporâneo por meio de alargamento de uso do tratamento *você*, em consonância com uma intenção aproximativa e igualitária evidente nas sociedades modernas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amado, J. *Terras do Sem Fim*. 24.^a edição. São Paulo: Martins, 1970.

—. *Terras do Sem Fim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Azevedo, M. M. “Sobre o Emprego de Você no Português Brasileiro Atual.” *Hispania* 64.2 (1981): 273-278.

Barcia, L. R. *As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal*. Dissertação de Mestrado em Letras. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

Bartens, A. “O uso das formas de tratamento em três romances de Jorge Amado.” *Neuphilologische Mitteilungen* 104.3 (2003): 315-322.

Biderman, M. T. C. “Formas de Tratamento e Estruturas Sociais.” *Alfa* 18/19 (1972-1973): 339-382.

Brown, R. e A. Gilman. “The Pronouns of Power and Solidarity.” *Style in Language*. Ed. T. A. Sebeok. MIT Press, 1960. 253-76.

Cintra, L. F. L. *Sobre "Formas de Tratamento" na Língua Portuguesa*. 2.^a edição. Livros Horizonte, 1986.

Cook, M. “Uma Teoria de Interpretação das Formas de Tratamento na Língua Portuguesa.” *Hispania* 80.3 (1997): 451-464.

Cunha, C. e L. Cintra. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 12.^a edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.

- Gouveia, C. "As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em português europeu." *O Fascínio da Linguagem*. Ed. I. M. Duarte e F. Oliveira. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. 91-100.
- Jensen, J. B. "Dona Flor and Her Five Forms of Address." *Luso-Brazilian Review* 19.2 (1982): 251-266.
- Lopes, C. R. S. "Pronomes pessoais." F., Brandão S. e S. R. Vieira. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. 103-114.
- Lopes, C. R. S. "Retratos da variação entre "você" e "tu" no português do Brasil: sincronia e diacronia." Roncarati, C. e J. Abraçado. *Português Brasileiro II - contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, 2008. 55-71.
- Machado, A. C. M. *As formas de tratamento nos teatros brasileiro e português dos séculos XIX e XX*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- Marquez, R. G. *Assimilação estética do social em 'Terras do sem Fim'*. Tese de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.
- Megale, H., ed. *A Demanda do Santo Graal*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- Mendes, E. A. M. "Você, o senhor, ou o quê?" *Linguagem & Ensino* 1.1 (1998): 135-150.
- Nascentes, A. "O tratamento de 'você' no Brasil." *Letras* (1956): 114-122.
- Oliveira, S. M. D. "Para além de Poder e Solidariedade: Uma retrospectiva sobre formas de tratamento em Portugal (1982-2002)." *Franco-British Studies* Special issue: Second-

Person Pronouns and Forms of Address in Contemporary European Languages. (2004):
126-136.

Sampaio, R. B. e M. R. S. Julião. “O senhor' tá no céu: crenças e atitudes linguísticas quanto
às formas de tratamento nas relações entre pais e filhos.” *Web Revista Sociodialeto*
4.12 (2014).